

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital do **Pregão Eletrônico nº 90001/2025**, cujo objeto é a Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos oficiais e outros equipamentos pertencentes ao município de Itarana-ES, **IMPETRADA** pela empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº. 05.340.639/0001-30**, com sede na Rua Calçada Canopo, n.º 11 - 2º Andar - Sala 03 - Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06541- 078.

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XIII e seus subitens**, do Edital:

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova

data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **21/01/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **06/01/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade pregão, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **14/01/2025**, registrado recebimento às **16h30min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Como sabido, nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a Administração permanece adstrita aos princípios da **razoabilidade** e **proporcionalidade** para adoção dos critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do **interesse público**.

1 - DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE.

Afiança a impugnante que a ANP não atua como órgão regulador de preços de combustíveis, mas apenas realiza levantamentos informativos baseados em amostragens sobre os preços praticados no mercado.

Que exigência de comercialização de combustíveis com base no preço médio da ANP impõe, de forma indevida, uma obrigação de cumprimento dependente da adesão voluntária de terceiros – os postos credenciados.

Que a utilização da média da ANP como limitador encontra entraves operacionais que inviabilizam a execução plena e eficiente do contrato.

2 – DO PEDIDO

Transcrevo:

"Por todo o exposto, requer se digne o I. Pregoeiro a JULGAR

PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, a fim de proceder as seguintes alterações:

- i. Excluir os itens 5.7.2., permitindo que os preços sejam limitados ao valor de bomba praticado no momento do abastecimento;
- ii. Alternativamente, que seja adotado o preço máximo da tabela da ANP como referência, garantindo maior flexibilidade operacional;
- ii. Republicar os termos do edital, reabrindo-se os prazos legais, conforme determina a lei.

Termos em que pede deferimento

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente chancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

A utilização de parametrização de preços pela ANP, não comporta grande discussão, já tendo o **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo** se manifestado no sentido que **é mais vantajosa a proposta para o Município**, aquela tendo como base de cálculo o preço médio do combustível informado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)”, veja-se:

“A prestação de serviços de gestão de frota com fornecimento de combustível é permitida **quando o valor pago for**

parametrizado, tendo por base o preço médio do mercado local apurado pela ANP.

Foi acrescentando que: “Nesses casos, o TCU entende que a proposta mais vantajosa será aquela em que o licitante apresentar a menor taxa final (considerada a taxa de desconto e a taxa de administração), tendo como base de cálculo o preço médio do combustível informado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP)”.

Em conclusão, foi observado que “a irregularidade apontada pelo representante não restou demonstrada, uma vez que a prestação de serviço de gestão de frota com fornecimento de combustível é permitida quando o valor pago for devidamente parametrizado, tendo por base o valor médio disponibilizado pela ANP, não havendo, portanto, qualquer ilegalidade na cláusula”.

Acórdão TC-965/2017-Plenário.

Ainda sobre a **parametrização do valor do combustível**, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, por meio do Acórdão TC 850/2015 – Plenário, assim se manifestou:

“Burla à obrigação de licitar combustíveis – ausência de parametrização (item 2.2, da ITC).

[...]

Argui, ainda, a equipe técnica, que o risco que a parametrização evita é justamente o de serem utilizados os valores constantes de cada bomba de combustível, hipótese em que haveria a aquisição de combustível sem a devida licitação, posto que para cada fornecedor pode haver um pagamento diferenciado em virtude dos diversos valores cobrados.

(g.n.)

Informa também que tais preços praticados pelos postos de abastecimento, em razão da falta de controle, poderiam ser superiores ao valor de mercado, seja em virtude do credenciamento de postos que sejam mais vantajosos ao contratado, seja em razão da elevação do preço do combustível das bombas.

[...]

Desta maneira, certo é que o entendimento da área técnica quanto ao requisito inafastável de parametrização de preços quanto ao serviço de gerenciamento de sistema informatizado e integrado para abastecimento de combustíveis, através de cartão magnético, isto é, que haja a indicação expressa de um parâmetro de preços que garanta a não extrapolação do valor de mercado. (g.n.)

Percebe-se que o impetrante realizou uma elucubração de um possível problema a respeito de uma diferença entre um preço majorado pelo posto em relação à média de preços da ANP. Apontando inclusive que é possível aferir prejuízos com o possível modelo adotado.

É sabido que a tendência do órgão é lutar por preços cada vez mais baixos, para atender ao princípio da economicidade, assim colocar os valores constantes de cada bomba de combustível poderia causar prejuízo ao erário.

A partir da metodologia utilizada para pagamento (parametrização do valor do combustível), conforme mencionado, e diante do entendimento jurisprudencial pacificado pela obrigatoriedade em parametrizar o preço pelo valor médio disponibilizado pela ANP para esse modelo de contratação.

E ainda, diante de potencial danos ao erário advindo da contratação nesses moldes de preço máximo da tabela da ANP como referência, sugerido pela impetrante, manteremos o que foi indicado pelo egrégio **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**, na Decisão 475/2021, determinando ao Prefeito Municipal de Itarana-ES:

“Os valores unitários dos combustíveis na rede credenciada de estabelecimentos terão como limite o preço médio ao consumidor do mês em que ocorreu o abastecimento conforme a tabela da Agência Nacional do Petróleo para o município de Colatina ou o da bomba, se for menor que o informado pela ANP; ”

“Na falta de referência de preços na ANP para o Município de Colatina, serão adotados os valores unitários dos combustíveis pelos preços médios ao consumidor estadual disponibilizado pela ANP; vista, caso o último fosse superior ao primeiro.”

Desta forma, não vemos nenhum problema no Edital quanto aos argumentos apresentados pela empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº. 05.340.639/0001-30, e sim apenas algumas dificuldades administrativas na empresa para cumprimento de condições de execução.

4 – DA DECISÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Pregoeiro **conhecer** da impugnação oferecida pelo **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, CNPJ nº. 05.340.639/0001-30** e, no mérito, **DESPROVÊ-LA**, nos termos da fundamentação supra, que é parte integrante deste *decisum*, **decido** em manter inalterado o instrumento convocatório, ficando mantida a data da sessão do **Pregão Eletrônico nº. 90001/2025**, a ser realizada no dia **21/01/2025**, às **09h00m** (horário Brasília/DF).

É como decido

Itarana/ES, 14 de janeiro de 2025

Marcelo Rigo Magnago

Pregoeiro Oficial

Portaria nº 1508/2024